

ANÁLISE DAS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL NA ÁREA EDUCACIONAL TENDO COMO EXEMPLO O DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA DÉCADA DE 1990

Maristela Martins Roque Posar¹

Resumo

Este artigo resulta de monografia feita no curso de Licenciatura em Pedagogia da Unesp/IBILCE – São José do Rio Preto. A pesquisa busca identificar as diretrizes para as políticas públicas disseminadas pelo Banco Mundial na área educacional, tendo como exemplos os projetos e programas voltados para o desenvolvimento e educação na primeira infância. Para isso analisamos alguns pressupostos presentes em documentos do Banco Mundial pós-anos 1990 e realizamos a análise bibliográfica, relacionando essas políticas sobre a infância ao seu contexto social, político e econômico mais amplo – o contexto neoliberal, macroeconômico e globalizado – em que o Banco Mundial está inserido desde seus primórdios e do qual se torna propulsor. Através desses projetos voltados para o Desenvolvimento da Primeira Infância, verificamos que um dos objetivos essenciais na sua formulação é a busca da formação do capital humano.

Palavras-chave: Banco Mundial. Neoliberalismo. Primeira Infância. Capital Humano.

ANALYSIS OF THE WORLD BANK GUIDELINES FOR THE EDUCATIONAL AREA TAKING THE EXAMPLE OF FIRST CHILDHOOD DEVELOPMENT AND EDUCATION IN THE 1990S

Abstract

This paper results from a monograph carried out as part of the requirements of the course in Pedagogy Teacher Certification at Unesp/IBILCE – São José do Rio Preto. The research seeks to identify the guidelines for the public policies spread by the World Bank in the educational area, having as examples the projects and programs directed toward development and education in early childhood. In order to carry out the research, we analyzed some assumptions present in documents of the World Bank from 1990 on, and performed a bibliographical analysis, relating such policies on childhood to their broader social, political and economical context, i.e., the neoliberal, macroeconomic and globalized context, where the World Bank has been placed since its origin and which it has been boosting. Through these projects designed for Early Childhood Development, we could verify that one of the essential objectives in their formulation is the search for human capital formation.

Keywords: World Bank. Neoliberalism. Early Childhood. Human Capital.

Introdução

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. Contato: mary_estela.2008@hotmail.com.

Nota-se que, nas últimas décadas, a preocupação com a infância, bem como com a educação nessa primeira etapa da vida, faz-se intensa e em meio a muitas mudanças constitucionais, legislativas etc. em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Em muitos países, o Banco Mundial é a fonte principal de assessoramento da política educacional, de modo que outras agências sigam cada vez mais sua liderança (HADDAD *apud* CORAGGIO, 2007), inclusive no tocante à definição de programas para a infância.

Coraggio (2007) explica que essa instituição oferece ideias que, em última instância, acabam dando forma às políticas estratégicas de diversos países, conduzindo o futuro de suas sociedades. Analisando os fundamentos teóricos e empíricos das propostas do Banco Mundial para a Educação, Coraggio (2007) nos alerta para seus problemas intrínsecos: tais fundamentos e propostas seguem o modelo econômico neoclássico², que, apesar de suas deficiências metodológicas de aplicação – das quais os próprios técnicos do Banco estão conscientes –, pressupõem que os mesmos estão satisfatoriamente sustentados. Tais deficiências perpassam a política social, que, no campo educacional, não fica isenta de contradições como, de um lado, discursar sobre o processo de desenvolvimento humano e a garantia do acesso pleno à educação de boa qualidade para todos e, de outro lado, praticar, compulsivamente, a redução de custos no setor em benefício do capital.

Assim, esta pesquisa busca identificar as diretrizes para as políticas públicas disseminadas pelo Banco Mundial na área educacional, tendo como exemplos os programas voltados para o desenvolvimento e educação na primeira infância. Para isso analisamos alguns pressupostos presentes em documentos do Banco Mundial pós-anos 1990 relacionando essas políticas sobre a infância em seu contexto social, político e econômico mais amplo.

Banco Mundial: o impacto da sua política macroeconômica e globalizante no campo educacional

O Banco Mundial foi fundado no ano de 1944, vinculado ao FMI (Fundo Monetário Internacional) através da Conferência de Bretton Woods³. Esta reunião, além dos EUA, 44 países (incluindo o Brasil) preocupados com o estabelecimento de uma nova ordem internacional no pós-guerra. De acordo com Soares (2007), esses países buscavam criar instituições capazes de conferir maior estabilidade à economia mundial, de forma a impulsionar o crescimento e evitar novas crises internacionais. Enquanto o interesse das nações líderes⁴ concentrava-se no FMI, o Banco Mundial desempenhava um papel secundário, “voltado para a ajuda à reconstrução das economias destruídas pela guerra e para a concessão de empréstimos de longo prazo para o setor privado” (SOARES, 2007, p. 18).

Silva (2002) esclarece que o Banco Mundial é um organismo multilateral composto por 5 instituições (agências) vinculadas entre si: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, 1944), Agência Internacional de Desenvolvimento (AID, 1960), Corporação Financeira Internacional (CFI, 1956), Agência de Garantia de

² Coraggio (2007) afirma que esse modelo econômico neoclássico interpreta pela correlação histórica positiva entre taxas de crescimento econômico e certos indicadores de variação no estoque de capital humano, como sinal de que o investimento em educação é uma via para o desenvolvimento: investir em capital humano para gerar um aumento de renda.

³ Também chamada de Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas.

⁴ O número de ações que um país pode possuir depende do tamanho de sua economia. Atualmente, os EUA são o maior acionista, com direito a 20% dos votos, seguido pela Inglaterra (8%), Alemanha (5,5%), França (5,5%), Japão (7,5%), Canadá, Itália e China (3,1%) e o Brasil (1,7%).

Investimentos Multilaterais (MIGA, 1960) e Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (IGSID, 1962). Cada qual com sua função, essas instituições são capazes de catalisar recursos em outras fontes do mercado mundial para prover créditos financeiros. Soares (2007) acrescenta que, em 1992, o Banco Mundial assumiu a administração do GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente), tornando-se o maior gestor de recursos para o meio ambiente no âmbito global.

Nesse sentido, Penn (2002) afirma que o Banco Mundial é propriedade de 181 países-membros (atualmente), ou seja, ele é constituído por 181 países desenvolvidos e em desenvolvimento. As perspectivas e interesses desses países membros são representados por um conselho dirigente e um conselho de diretores sediados em Washington. De acordo com Soares (2007), desde a sua fundação, a presidência do Banco Mundial foi assegurada aos EUA, através do Estatuto do Banco Mundial, no qual se estabeleceu que a influência dos países nas decisões e votações fosse proporcional à sua participação no aporte de capital. Sendo assim, coube aos EUA a hegemonia absoluta entre as cinco nações líderes na definição de suas políticas e prioridades, haja vista que era o país que detinha credenciais econômicas e militares, capazes de imprimir a direção política da nova situação (SILVA, 2002).

Desde a sua criação, o Banco Mundial desempenha um importante e crescente papel nos rumos do desenvolvimento mundial. O seu caráter estratégico e a sua política de alcance estrutural alimentam a preocupação de vários autores que estudam o impacto de sua política macroeconômica e globalizante.

Soares enfatiza a importância do Banco Mundial hoje e destaca que esta

[...] deve-se não apenas ao volume de seus empréstimos e à abrangência de suas áreas de atuação, mas também ao caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural. (SOARES, 2007, p. 15).

Sobre o impacto dessa política, Coraggio (2007, p. 15) demonstra nela a dominância de uma lógica que reduz “os direitos sociais à racionalidade e à cultura do universo econômico”. Ele ainda enfatiza que, desse prisma, os “direitos universais estão sendo substituídos por políticas assistenciais e compensatórias com vistas à redução das consequências sociais ‘naturais’ da intervenção econômica” (CORAGGIO, 2007, p. 15).

É nesse contexto que as reformas educativas propostas pelo Banco Mundial estão inseridas, produzindo, de acordo com Tommasi, Warde, Haddad (2007, p. 11), um ordenamento no campo educacional que atua de modo a

a) adequar as políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social; b) estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema, enfim, embeber o campo educativo da lógica do campo econômico e c) subjugar os estudos, diagnósticos e projetos educacionais a essa mesma lógica.

Coraggio (2007), Soares (2007) e Tommasi (2007) consideram o mecanismo de atrair acadêmicos para a realização de pesquisas, adotado pelo Banco Mundial, como o que

sustenta e garante legitimidade científica às suas diretivas, ampliando o seu raio de convencimento. Warde e Haddad (2007, p. 11) interpretam isso como um processo de “naturalização” dos significados dessas reformas em vários países do Terceiro Mundo.

Torres (2007) demonstra que, por meio dessas estratégias, as orientações do Banco Mundial vão sendo universalizadas, como um receituário único, independente da história, da cultura e das condições de infraestrutura desses países. A autora destaca que, sob essa tendência, não são os educadores, “são os economistas que pesquisam a educação e são eles que estão dando o enquadre conceitual e metodológico para essas reformas” (TORRES, 2007, p. 11).

Silva (2002) esclarece que a preocupação do Banco Mundial com a redução da pobreza no setor social, a partir da administração McNamara (1968-1981), passou a ver a necessidade da expansão da educação – educação para todos – como essencial para o desenvolvimento econômico. Embora essa expansão educacional significasse assistência a todos os níveis, desde o primário até a universidade, ao exteriorizar estratégias de desenvolvimento focadas no ensino técnico-profissional e o desenvolvimento de um sistema de educação tecnológica médio-superior, no período, este se tornou um procedimento perverso e excludente⁵.

Nesse viés, a partir de 1960, o Banco Mundial tem participado sistemática e diretamente no âmbito educacional, com “capacidade de intervir e formular políticas educacionais para a América Latina, manipulando os benefícios tirados das políticas sociais” (SILVA, 2002, p. 58). Contudo, de acordo com Silva (2002), nos anos de 1970 aparecem projetos de combate à pobreza e argumentos favoráveis à *teoria do capital humano*⁶, postergando os direitos universais e a formação para a cidadania, a emancipação e a autonomia, redefinindo toda a sua política para o setor educacional. Assim, Silva esclarece a base teórica embutida na política educacional do Banco Mundial: “1) teoria do capital humano, em que a educação escolar é igual à maior produção e investimentos e 2) teoria da modernização tecnológica, predizendo a função econômica do conhecimento” (SILVA, 2002, p. 61).

Ao incluir projetos de combate à pobreza em suas políticas sem justificá-las, o Banco Mundial, apoiado na teoria do capital humano, possibilita que os gastos com a educação passem a ser medidos pela rentabilidade econômica prevista no investimento, sobrepondo isso ao direito humano de formação cidadã, de igualdade e de coesão social ou de razões humanitárias (BRACHO *apud* SILVA, 2002).

Silva (2002) afirma que a concepção de educação fixada pelo Banco Mundial foi a de investimento industrial, expressa na racionalização dos custos, na política da concorrência e da competitividade e na abertura de mercado para a educação privada, para empresários investirem em equipamentos técnicos e de informática e no livro didático. Essa concepção desenvolve a instrução programada, promove estudos de gestão para melhorar o planejamento e fiscalização, busca equilíbrio entre educação e mercado laboral, avalia resultados prescritos na demanda potencial e efetiva de recursos humanos para o país, reorienta os sistemas educacionais para a capacitação profissional e fomenta os vínculos entre instituições públicas e de capacitação profissional. Contudo, em seu cerne – na organização dos sistemas educacionais –, revela a perversidade da política de equilíbrio forçado entre a formação escolar e a formação para o trabalho. Silva (2002) revela uma

⁵ A educação contém o caráter excludente quando muitos jovens ingressam em cursos técnicos menos extensos (menos tempo para conclusão, início rápido e prático no mercado de trabalho) e apenas poucos ingressam em uma universidade, vista como maior oportunidade de estudos qualitativos.

⁶ Teoria configurada na formação da capacidade humana tendo em vista melhores resultados no mercado. Como veremos adiante, Schultz (1973) foi o principal formulador dessa teoria.

concepção utilitarista e pragmática da educação, sendo assim definida como meio para os indivíduos se ajustarem às mudanças sociais e culturais e participarem em atividades de produção – atividades capazes de sustentar e acelerar o desenvolvimento pela formação de trabalhadores capacitados.

Silva (2002) define a política educacional do Banco Mundial, na década de 1970, como voltada para o controle do crescimento da demanda escolar, para o mínimo de escolarização, para o currículo diversificado (técnico, vocacional), para o barateamento dos custos, para a indução de habilidades técnicas, para programas de eficiência e de avaliação institucional. A autora, citando Fonseca e Bracho, define essas características como de caráter “distributivo-contencionista” da política do Banco Mundial na área educacional e as associa com o disciplinamento rígido para os investimentos no setor público e a redução dos custos escolares – por meio de: formação profissional extraescolar, educação rural e não formal, ensino de massa via meios de comunicação, educação de longa distância, ênfase no uso de equipamentos técnicos, treinamento individual, racionalização dos recursos da oferta pública do ensino, melhoria na distribuição dos insumos escolares e instrumentos avaliatórios com ênfase nos resultados (FONSECA; BRACHO *apud* SILVA, 2002, p. 67)

A partir de 1980, torna-se clara a predominância do Banco Mundial como o organismo internacional de financiamento da educação na América Latina. Segundo Silva (2002), foi na gestão McNamara que a educação, ou melhor, a formação escolar, foi vista como um dos componentes básicos para combater a pobreza. À formação escolar foram atribuídas três características: 1) uma necessidade humana básica, de conhecimento (relacionada com a teoria do capital humano); 2) um meio para alcançar outras necessidades básicas; 3) uma atividade que sustenta e acelera o desenvolvimento.

Silva (2002) ainda esclarece que, nesse período, o Banco Mundial fala em Educação Básica como uma forma de alcançar seu objetivo de universalização do ensino escolar. Define ações como a flexibilização de ofertas educacionais e a adequação às condições locais, dando ênfase à iniciativa local de provisão de serviços e à melhoria da eficiência interna e externa do sistema, revelando o seu caráter privatista ao reduzir o papel do Estado implementando medidas voltadas para a institucionalização da iniciativa privada na educação.

Segundo Silva (2002), nos anos 1980, o Banco Mundial revelou seu caráter “contencionista-reformista” no setor educacional ao exigir a reforma do Estado e da educação, contendo investimentos públicos. Em decorrência, implantou a sua racionalidade técnica (em nível médio, valorizando o ensino técnico profissional vocacional), bem como as ações contencionistas do investimento público.

A partir de 1990, Silva (2002) afirma que o enfoque da política educacional do Banco Mundial passa a centralizar as necessidades básicas de aprendizagem para todos⁷. Entretanto, de acordo com a lógica utilitarista do Banco Mundial, a educação continuou condicionada à sua concepção mercadológica, que produz o conhecimento e o produto necessário para o desenvolvimento econômico – o produto humano.

Silva (2002) destaca um fator importante que ocorre neste período: a transferência de responsabilidade pelos custos da educação pública à comunidade e aos pais em que a sociedade é mobilizada para o provento econômico e para assumir serviços que é da

⁷ Pela Conferência Mundial de Educação para Todos, o Banco Mundial propôs políticas direcionadas à metodologia de ensino, preocupando-se com a aprendizagem das pessoas e buscando expandir o conhecimento e produzir competências e habilidades, essenciais para o alívio da pobreza e produção de maiores rendimentos econômicos.

responsabilidade dos poderes constituídos, fator este, que vai ao encontro do barateamento do investimento público em educação.

De acordo com Silva (2002), é ainda nesse período que podemos notar mais claramente os princípios de competitividade e de livre mercado que estão postos pela política educacional do Banco Mundial. A educação é tratada como livre mercadoria a ser comprada e negociada de acordo com as forças do mercado (SILVA, 2002, p. 90). Através das ações privatistas e “contencionista-reformistas” – que o Banco Mundial já vinha desenvolvendo nas décadas anteriores –, agora parece ser o apogeu de todas as suas implicações para a esfera educacional dos países.

Silva (2002, p. 90-91) assim enfatiza a questão essencial resultante desses caracteres que revestem a política educacional do Banco Mundial:

As políticas e estratégias do Banco Mundial induzem a exclusão educacional e criam fissuras sociais irreparáveis porque desconsideram a história política, econômica, cultural e social dos países, insistindo numa reforma educacional baseada na racionalidade técnica e linear, derivada de pressupostos da teoria econômica clássica, para uma sociedade heterogênea, mergulhada em conflitos de classes, desigualdades sociais e econômicas, contradições e disparidades salariais fazendo crer que todos têm rendimentos e oportunidades iguais.

O Banco Mundial e o Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI)

O Banco Mundial utiliza o termo Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) ao direcionar seus estudos – bem como suas intervenções – para o desenvolvimento saudável de todas as crianças na fase inicial de suas vidas – entre zero (antes do nascimento) e os primeiros nove anos de vida. Segundo Rodriguez e Lara (2006, p. 101):

O tema da primeira infância vem se destacando cada vez mais na agenda internacional, agora, como momento privilegiado para intervenção, pois as crianças são mais intensamente afetadas pela pobreza e, de modo particular, susceptíveis a cortes nos serviços voltados à saúde e educação.

Se nos últimos anos a tônica da política do Banco Mundial se volta ao “combate à pobreza”, Penn (2002) esclarece que esse órgão passa a ver a infância como “redencionista”: como o mundo é um lugar difícil de reformar, as crianças, que ainda não estão plenamente formadas, precisam ser educadas por agentes transformadores e esclarecidos quanto à melhor maneira de educá-las para atuarem neste mundo. Tal retórica, como se nota, prevê práticas que sejam adequadas ao desenvolvimento (PENN, 2002) da criança com o objetivo de tratar eficientemente a pobreza e a desigualdade nos países em desenvolvimento.

Penn (2002) afirma que o Banco Mundial e algumas outras agências (como a UNESCO e a UNICEF), através de programas voltados para o Desenvolvimento da Primeira Infância, estão sendo capazes de usar a figura da criança “inocente” (PENN, 2002), que terá, supostamente, seu cérebro alimentado, em termos de nutrição e cognição, para evitar assumir o grande dano que a política neoliberal vem impingindo às crianças

pobres do mundo, principalmente nos países que possuem dívida externa. Isso ocorre através da implantação dos programas informais (em lugar dos programas formais), que preconizam investimentos de baixo custo, limitando aos centros formais de educação infantil a maior qualidade do ensino prestado.

O Banco Mundial vê a criança como um “investimento futuro” (RODRIGUEZ; LARA, 2006), na medida em que se preocupa em fazer com que ela se torne um adulto plenamente produtivo, um capital humano do futuro. A política assistencialista e compensatória do Banco Mundial objetiva atuar, através dos programas de Desenvolvimento da Primeira Infância, como uma forte arma contra a pobreza ao construir a criança como capital humano futuro, considerando que esse seja um dos maiores investimentos que um país pode fazer para o seu desenvolvimento. Nas palavras de Rodriguez e Lara (2006, p. 102), “é nítida a preocupação com o investimento na pré-escola para sua eventual e futura produtividade, ou seja, para o desempenho futuro da criança no mercado de trabalho (capacidade de geração de renda⁸)”.

Caracterização dos projetos de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI)

De acordo com o *site* do Banco Mundial (<http://www.worldbank.org>), as suas intervenções ocorrem por meio de seus Diretórios de Projetos de Desenvolvimento Infantil, que viabilizam informações úteis sobre seus estudos para crianças pequenas e sobre os países nos quais essa agência financia projetos. No caso da América Latina, por exemplo, o diretório contém projetos autossustentados e compostos de projetos maiores, dirigidos às crianças em idade pré-escolar.

Ao levar em conta diferentes culturas e economias, os projetos de Desenvolvimento da Primeira Infância não enfatizam um único modelo de programa de educação na primeira infância – o formal realizado em centros organizados de pré-escolas –, mas identifica alternativas de serviços efetivos informais, sendo complementares às de educação formal. Essas alternativas são divididas em quatro grandes grupos: 1) oferecimento de serviços às crianças; 2) capacitação de professores; 3) capacitação de pais; 4) educação através dos meios de comunicação.

Um documento (BANCO MUNDIAL, 2003) que avalia a atuação do Banco Mundial através de seus programas voltados para o Desenvolvimento da Primeira Infância no Brasil indica que, por terem formatos flexíveis, esses programas de DPI informais e os operados por ONGs⁹ fornecem uma variedade de serviços de forma não padronizada. Esses serviços incluem atividades voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados às crianças pequenas, tais como a educação dos responsáveis pela atenção e pelo cuidado destas e a melhoria do acesso às informações sobre os processos e os benefícios da estimulação da primeira infância. Essas medidas são possíveis, especialmente, ao se trazerem esses serviços de DPI para a casa das crianças, e não somente para as instituições escolares, sendo fortemente baseados na participação comunitária e planejados de forma a suprir as necessidades locais e adequarem-se a elas.

Alguns exemplos de programas de desenvolvimento informais/comunitários em vários países são: a Índia (Servicios Integrales para el Desarrollo del Niño), a Colômbia (*los bogares comunitarios*), o Brasil (*guarderías comunitarias*), a Jamaica (Programa de Estudio

⁸ Relacionado com a teoria do capital humano que permeia todo este estudo.

⁹ São as Organizações Não Governamentais que atuam em diversos setores sem fins lucrativos e contam com um grande número de voluntariados. No Brasil temos como exemplo de ONGs que apoiam a Educação: a Pastoral da Criança, a Cidade Escola Aprendiz, o Instituto Avisa Lá, o Instituto Paulo Freire, entre outras.

Comunitario), o Reino Unido (Movimiento Playground) e a Venezuela (*los bogares de cuidado diario*). Na maior parte dos países, diferentes tipos de programas formais e informais geralmente coexistem lado a lado, embora os governos, influenciados pela lógica da economia capitalista (de mercado), prefiram investir no modelo informal em lugar do modelo formal (gerando maiores gastos públicos) de educação infantil. Conforme o próprio Banco: “Os programas não-formais são importantes exemplos de alternativas de baixo custo às pré-escolas públicas formais” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. IX).

Segundo o documento do Banco Mundial (2002) que avalia o Desenvolvimento da Primeira Infância no Brasil, estima-se que os serviços informais de DPI sejam significativos, atendendo mais de um milhão de crianças por meio de visitas domiciliares feitas por profissionais treinados, serviços de saúde e nutrição, educação dos pais e centros de literatura. Além de serem oferecidos pelos setores públicos e privados (incluindo os com fins lucrativos, os filantrópicos e as instituições privadas subsidiadas pelo governo, que desempenham um papel substancial no fornecimento de serviços), esses serviços contam com o crescente apoio das ONGs¹⁰, como no caso brasileiro. Obviamente, ao compreendermos o caráter econômico em que se baseiam as políticas internacionais, essas ONGs caem “como uma luva” para que se efetivem as intervenções propostas nessas políticas, pois elas não geram custos adicionais para essas políticas, mas sim o contrário: sensibilizam a divisão dos custos coletivamente. Para tanto não nos admiram tais estímulos dados pelo Banco Mundial à participação dessas ONGs nas cenas dos países, sendo consideradas, por assim dizer, um tapa-buraco que revela a ineficiência dos governos no financiamento dessa etapa educacional:

Dados os recursos insuficientes do governo, é viável examinar o papel de sistemas informais alternativos e de sistemas de ONGs que podem ajudar a fortalecer, ou que podem até mesmo agir como substitutos para as creches e pré-escolas tradicionais. (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 30).

Nesse viés, a capacitação do pessoal por intermédio de técnicas é um componente imprescindível nas formulações da política internacional do Banco, pois requer o envolvimento de muitas pessoas, que não precisam ser somente funcionários subsidiados pelo governo, mas qualquer pessoa da comunidade – um professor, uma mãe, um médico, entre outros –, que atue de forma voluntária, o que gera menos gastos. Para que isso ocorra, o Banco Mundial afirma a importância de uma grande gama de meios de comunicação que atuarão como meios de disseminação de informação para os pais, especialmente para as mães mais pobres.

Outras razões que o Banco Mundial possui para investir nesses programas de DPI são comprovadas pelos estudos das experiências internacionais (estudos longitudinais¹¹) dos vários países que aplicaram alguns desses programas em suas realidades, o que demonstra o

¹⁰ Arruda (2007) aponta a natureza paradoxal da relação entre as ONGs e o Banco Mundial: por um lado, há a importância de que atores sociais, voltados para os interesses das maiorias, interajam com uma instituição de caráter global como é o Banco Mundial, cujas ações e intervenções têm consequências diretas e indiretas sobre a vida dessas maiorias; por outro lado, grande número de ONGs tem uma postura profundamente crítica ante as instituições financeiras multilaterais em geral e ao Banco Mundial em particular, com base em argumentos que mostram a profunda distância entre o seu discurso e a sua prática.

¹¹ Um desses estudos é o de Young (1996). Esses estudos são aplicados em vários países da América Latina, entre outros, onde são capazes de fazer paralelos entre os possíveis resultados obtidos na aplicação dos programas voltados para o Desenvolvimento da Primeira Infância.

profundo impacto que as experiências de DPI têm sobre a vida adulta e produtiva das pessoas, trazendo benefícios, tais como: melhor nutrição e saúde, índices de inteligência mais altos, maiores índices de matrícula escolar, menos repetência escolar, menores índices de evasão escolar, ajuda para aqueles em desvantagens, maior participação de mulheres na força de trabalho.

Pregando a importância do investimento no capital humano (no ser humano enquanto capital que influenciaria diretamente o desenvolvimento econômico na sociedade) para o fortalecimento da economia dos países, o objetivo do Banco Mundial é gerar ganhos mais altos no mercado de trabalho por meio do princípio de competitividade – mais trabalhadores capacitados disputando vagas de trabalho, menores são os salários. Claro que esse é o objetivo plenamente compatível com a economia capitalista moderna – globalizante –, que prevê essa lógica de mercado.

Embora a política de desenvolvimento do Banco Mundial afirme que o progresso dos países ocorre através de dois vieses, o econômico e o social, a busca de investir no social para obter maiores retornos financeiros futuros (recuperando gastos, evitando perdas) indica-nos que a política do Banco Mundial tende a priorizar o primeiro viés, o econômico, deixando em segundo plano o social, sendo este apenas decorrente do primeiro ou destacado em função daquele.

Na ótica economicista do Banco Mundial, a utilização de mais mulheres na força de trabalho é um fator relevante ao se promoverem maiores serviços de cuidados para com as crianças (pelos programas informais de DPI), já que as mães transferem os cuidados para com seus filhos a outrem, podendo ser úteis ao mercado de trabalho e favorecendo a elevação do índice econômico (de produção) de uma região ou até mesmo de um país quando esses programas alcançam altos níveis de disseminação local.

A teoria do capital humano na atual conjuntura econômica neoliberal e sua relação com a educação

Segundo o Banco Mundial:

A educação é o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Ela é central na estratégia do Banco Mundial para ajudar os países a reduzir a pobreza e promover níveis de vida para o crescimento sustentável e investimento no povo. Essa dupla estratégia requer a promoção do uso produtivo do trabalho (o principal bem do pobre) e proporcionar serviços sociais básicos para o pobre. (BANCO MUNDIAL, 1990 *apud* LEHER, 1999, p. 25).

O posicionamento que o Banco Mundial vem mantendo em relação ao setor educacional pode sustentar claramente a nossa compreensão de que essa agência vê a educação¹² como um instrumento de combate à pobreza nos países em que financia projetos. Como observamos, para o Banco Mundial, a educação está relacionada com o uso produtivo do trabalho, ou seja, ela é responsável por desenvolver a capacidade humana

¹² Não somente a educação mas também a saúde está vinculada com a promoção do Desenvolvimento da Primeira Infância/Educação Pré-Escolar.

produtiva do trabalho, relacionando-se com a teoria do capital humano – conveniente ao sistema capitalista globalizado. Assim, de acordo com Leher (1999, p. 21), o Banco Mundial

[...] de uma agência voltada para a reconstrução europeia transformou-se, nos termos de Noam Chomsky, num dos principais “Senhores do Mundo”. Igualmente, é imperioso examinar o contexto econômico e ideológico que motivavam *[sic]* as reformas, com destaque para a ideologia da globalização.

Do keynesianismo ao neoliberalismo: perpassando pelo capitalismo liberal até a globalização.

Segundo Ugá (2004), foi a partir da década de 1970, pós-II Guerra Mundial, que o keynesianismo¹³ teve a sua crise instaurada. Ocorreu que, com a diminuição do crescimento econômico dos países, a queda dos investimentos no setor produtivo e a aceleração geral dos preços, e ainda com o endividamento dos governos, o neoliberalismo começou a ganhar terreno, tendo como base o capitalismo liberal¹⁴, sendo exigida para este uma política em defesa do Estado mínimo em que seu objetivo prático era desvalorizar as diversas formas de intervenção estatal na economia. Ou seja, a política neoliberal surgiu em contraposição à política econômica keynesiana e do *Welfare State*.

Ugá (2004) faz um breve histórico revelando as origens do neoliberalismo, que chega à Europa no final dos anos 1970 – em 1979, a Inglaterra assistiu à adaptação do discurso neoliberal à realidade política nacional com Margaret Thatcher – e surge nos Estados Unidos com Ronald Reagan em 1980, entrando a partir daí num crescente processo de difusão pelo mundo.

Nos países da América Latina, essa difusão ocorreu diferentemente daquela dos países centrais: enquanto nestes ela se deu somente pelo enfraquecimento do modelo keynesianista, naqueles ocorreu também pelo endividamento externo de seus governos. De acordo com Ugá (2004), foi nesse contexto que o neoliberalismo chegou aos países latino-americanos e, desde então, a estratégia de política econômica da América Latina passou a voltar-se toda para um tema central: a renegociação da dívida externa.

Ugá (2004) afirma que, diante da criação do “Consenso de Washington¹⁵” e de sua utilização como receituário ou “cartilha” política dos organismos multilaterais – FMI e Banco Mundial –, os governos latino-americanos foram levados a transferir sua capacidade de decisão (FIORI *apud* UGÁ, 2004) para essas entidades internacionais, que passaram a

¹³ Modelo de desenvolvimento econômico que pregava a planificação conservadora e que, no âmbito social, seria a construção do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), legitimando maior intervenção do Estado na economia dos países, ampliando e fortalecendo os aparelhos estatais, institucionalizando medidas para a concentração de renda, ou seja, um Estado protecionista. Essa teoria econômica foi consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes e consiste numa organização político-econômica oposta às concepções neoliberais.

¹⁴ Este criticava o caráter autoritário do Estado, que com seus encargos sociais e sua atuação reguladora estaria impedindo a realização das liberdades individuais e a competição que levaria à prosperidade econômica. Prevalcia assim a doutrina de Adam Smith (1723-1790), segundo a qual o mercado deve ser regido pela livre concorrência, baseada na lei da oferta e da procura: quando a oferta é maior que a procura, os preços tendem a baixar; quando a procura é maior, os preços se elevam.

¹⁵ Conjunto de propostas de políticas e reformas para a “salvação” latino-americana, ou seja, o que se podia fazer para tirar a América Latina da dívida. Esse foi um receituário criado por um grupo de economistas de Washington para a renegociação da dívida dos países latino-americanos.

ditar o que deveriam ou não fazer. Com isso, destaca-se a questão da governabilidade ou ingovernabilidade, indispensável para o sucesso das reformas implantadas nesses países. Assim, o ideário neoliberal surge e vem sendo sustentado pelos referidos organismos multilaterais, que atuam como formuladores e disseminadores desse ideário nos países periféricos.

Considerando que a questão central envolvida no ideário neoliberal seja a atuação do Estado, Ugá (2004) afirma que essa política parte da noção de um Estado mais eficiente, embora ressalte que este também deva retrair sua atuação, sendo apenas um catalisador, facilitador e parceiro dos mercados, ou seja, esse ideário prega que o Estado deve estimular o melhor desempenho dos mercados através de ações como

[...] criar um regime regulatório que atue juntamente com os mercados para promover a competição; criar um ambiente macro-econômico [sic] estável para a ação dos mercados, ou seja, criação de *enabling environment*, que gere certezas à iniciativa privada; eliminar a corrupção, que poderia subverter os objetivos das políticas, deslegitimando as instituições públicas que dão apoio aos mercados e, ainda, assegurar os direitos de propriedade. (WORLD BANK, 2002, p. 99 *apud* UGÁ, 2004, s/p).

Compreendemos, assim, a importância desses organismos multilaterais – o Banco Mundial e o FMI – para a concretização de todo esse ideário neoliberal, posto que o objetivo de toda essa estrutura é o enfoque econômico: o enfoque do mercado, o de maiores ganhos no mercado.

De acordo com Moraes (2004), o ideário neoliberal surgiu com o austríaco Friedrich August Von Hayek e o norte-americano Milton Friedman, principais formuladores dessa corrente conservadora. Eles criticavam o caráter autoritário do Estado, que, com seus encargos sociais e sua atuação reguladora, estaria impedindo a realização das liberdades individuais e a competição que levaria à prosperidade econômica. Moraes (2004) afirma que, a partir desse diagnóstico, propunham o afastamento do Estado em relação às atividades econômicas, bem como a realização de inúmeras reformas institucionais que permitissem a livre competição e a livre circulação dos capitais, de forma que a única ação reguladora possível fosse a do mercado. Além disso, propunham ações como a privatização de todos os setores da economia nacional, a transferência de serviços públicos ao setor privado, a desregulamentação do sistema financeiro, a redução dos encargos e direitos sociais como um todo, a redução dos gastos governamentais, entre outras medidas, que se caracterizam como algumas das principais propostas do neoliberalismo.

Atualmente, como revela Moraes (2004), o enfoque é no mercado globalizado, ou seja, no mercado internacional que envolve o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros¹⁶ e com um traço muito peculiar: a implantação de filiais de grandes firmas – as firmas manufactureiras ou multinacionais – em países diferentes de suas nações de origem. Moraes (2004) afirma que essas firmas, chamadas de transnacionais, são vistas como soluções de alguns problemas de mercado ocorridos nos países em que se instalam, já que

¹⁶ As transnacionais norte-americanas têm, nesse quadro, uma importância incomparável, massacrante.

permitem contornar problemas em balanças de pagamentos, provisão de divisas por importações e impedimentos protecionistas e alfandegários, por exemplo.

Moraes (2004) esclarece quanto ao processo de globalização: este seria o resultado do “desmanche” das regulações nacionais, já que o capital transnacional gerado pelas empresas transnacionais precisa ser expandido, procuram-se formas de contornar as regulações nacionais. Surgem assim as reformas orientadas pelo e para o mercado, que marcam as duas últimas décadas do século XX e que se revelam como:

Ataque às regulações nacionais no plano da produção e do comércio: legislação trabalhista, privatização de entes estatais, liberalização comercial, alfandegária, ambiental etc. Ataque no plano das finanças: desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais, a começar pelo sistema bancário inglês e norte-americano, e desregulamentação ou integração mundial. (MORAES, 2004, s/p).

Assim, de acordo com Moraes (2004), a liberalização dos fluxos e a "desregulamentação" fazem com que o giro diário de operações nos mercados internacionais de câmbio e valores supere a marca de 1,2 trilhão de dólares. Claro está, pois, que o objetivo primordial de toda a estrutura econômica neoliberal e globalizada é este: enormes ganhos no capital de giro internacional.

A teoria do capital humano e a sua relação com a educação

Compreendendo que o principal objetivo dessa estrutura econômica neoliberal e globalizada seja maiores ganhos no capital, surge a importância de se “produzir” maior força de trabalho, maior capacitação dos trabalhadores, ou seja, maior aporte humano que atue no mercado, gerando maior capital. Esse conjunto Ugá (2004) chama de o “mundo do trabalho”. Nesse sentido, a autora percebe que o Banco Mundial passa a dividir o mundo do trabalho em dois:

De um lado, estão os indivíduos que conseguem atuar no mercado – que seria o mecanismo de funcionamento “mais eficiente” da sociedade – e, de outro, estariam aqueles *incapazes* de integrar-se aos mercados – os pobres –, dos quais o Estado deve cuidar, por meio de suas políticas sociais residuais e focalizadas. (UGÁ, 2004, s/p).

Ugá (2004) esclarece a atuação mínima que o Estado deve ter – já que, como vimos, pertence ao ideário neoliberal:

[...] se o Estado proposto pelo Banco Mundial ainda reserva algum papel no âmbito econômico – complementar ao de garantir o bom funcionamento dos mercados –, no que tange à questão social, ou seja, à sua atuação no mundo do trabalho, pode-se perceber que o termo “Estado mínimo” é bastante adequado, uma vez que se percebe a

tendência a uma drástica retração do seu papel de provedor de políticas sociais. (UGÁ, 2004, s/p).

Concomitante a essa política neoliberal que prevê o Estado mínimo, surge o famoso discurso de combate à pobreza para o qual o Banco Mundial se volta a partir dos anos 1990. De acordo com Ugá (2004, s/p), o Banco Mundial

[...] encarrega-se de instruir e recomendar aos países em desenvolvimento estratégias para o enfrentamento dos elevados custos sociais decorrentes das políticas de ajuste. Dessa maneira, nota-se que, em vez de tratar das conseqüências negativas do ajuste – como o alto nível de informalidade do trabalho e o aumento do desemprego – e propor soluções estruturais, as estratégias de combate dos custos sociais das políticas neoliberais são reduzidas à estratégia de “combater a pobreza”.

Nota-se que, conjuntamente ao seu principal objetivo – de maiores ganhos de capital, através do mercado –, a política econômica neoliberal produz esse discurso de combate à pobreza na medida em que tenta “compensar” os altos índices de desemprego que se revelam no decorrer da implantação de suas políticas de ajuste estrutural nos países.

Segundo o Banco Mundial, pobreza é “a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 27 *apud* UGÁ, 2004, s/p) avaliado pelo consumo, isto é, pela despesa necessária para que a pessoa adquira um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas, e, ainda, pela quantia financeira que permite a participação da pessoa na vida cotidiana da sociedade. Envolve a capacidade de o indivíduo atuar ou não no mercado, e a não capacidade de atuar, de trabalhar neste o colocaria, pois, na categoria de pobre, incapaz de minimamente se sustentar.

Nesse sentido, o Banco Mundial busca propor políticas focalizadas no aumento do capital humano e que, segundo Ugá (2004), seriam voltadas para o combate da situação de pobreza do indivíduo – estimular a criação de novas oportunidades econômicas para que os pobres possam obter mais renda e ultrapassar a “fronteira” da pobreza e, ainda, prestar serviços sociais aos pobres: educação e saúde.

Schultz (1973) descreve o conceito de “capital humano”, por ele formulado, como capacidade humana, técnica ou criativa. Dessa ótica, investir nessa capacidade humana teria implicações maiores para o campo econômico, tornando os indivíduos competitivos para o mercado ou para o “mundo do trabalho”. De acordo com Ramos (2008), investir na capacidade humana consistiria num investimento em capital humano, na medida em que essa capacidade influencia diretamente o desenvolvimento econômico da sociedade.

É neste viés que a educação adquire sua centralidade no discurso do Banco Mundial a partir da década de 1990: no interior de uma política de prestação de serviços sociais baseada no caráter assistencialista e compensatório, voltada aos pobres e focalizada no aumento do capital humano dos indivíduos, tornando-os mais competitivos no mercado (campo econômico).

Assim, os projetos de DPI disseminados pelo Banco Mundial, a partir da década de 1990, tiveram seus pressupostos ancorados na teoria do capital social da pessoa, de sua capacidade de se vincular a redes sociais, bem como de compartilhar riscos, levando à maior competitividade e produtividade (PENN *apud* MACÊDO, 2008). Macêdo (2008) esclarece que o pressuposto do discurso neoliberal do Banco Mundial é que investir no

desenvolvimento da criança pequena significa um investimento no futuro – baseado em pesquisas das neurociências, as quais afirmam que a primeira infância é o período ideal para que se oportunizem experiências ricas às crianças.

Como observamos, a política de Desenvolvimento da Primeira Infância do Banco Mundial se volta para a ótica da produtividade e da eficiência nos custos/benefícios. Sendo assim, a função específica da educação infantil se esvazia, pois não é contemplada na perspectiva do “direito”, mas na das políticas focais, de baixo custo e principalmente de curto prazo (MACÊDO, 2008). Isso se deve ao fato de que essas políticas, condizentes com a política neoliberal, são voltadas para o combate à pobreza.

É importante refletirmos também sobre a questão da qualidade do ensino, que incide na construção de uma cidadania emancipada. Mas para essa questão seria necessária uma melhor análise em outro momento:

As principais políticas para a educação e cuidado infantil não podem, porém, ser reduzidas a uma ajuda aos que necessitam, a uma educação para a submissão e exclusão, pois essas políticas podem colaborar para a construção de uma cidadania assistida e tutelada. Elas devem ter como objetivo a promoção da autonomia e o exercício da cidadania, para que esta seja responsável e competente. Uma educação de qualidade como um direito é o instrumento básico para alcançar esses objetivos. A educação e o cuidado infantil devem ser propostos como meio de inclusão social, oferecendo condições que permitam a construção de uma cidadania emancipada. (ROSSETTI-FERREIRA; RAMON; SILVA *apud* MACÊDO, 2008, s/p).

Considerações Finais

É essencial compreendermos a atuação do Banco Mundial no cenário mundial, principalmente porque este teve suas funções moldadas, nos anos 1990, pela constante necessidade de se integrar ao ideário neoliberal. Poderíamos dizer que, na verdade, a política de desenvolvimento do Banco Mundial acaba se tornando propulsora desse ideário, já que, como observamos, era intrinsecamente necessário no período que houvesse uma política externa, macroeconômica e globalizante que efetivasse os altos índices de giro de mercado – para isso, entre outras coisas, serviu e serve o Banco Mundial.

Para esse fim, a política de desenvolvimento do Banco Mundial vem ampliando cada vez mais a sua interferência nos governos (e na economia) dos países em que financia seus projetos de desenvolvimento. Cada vez mais é notada a sua atuação para promover os ajustes estruturais, pelo viés das reformas e programas – o que inclui as privatizações e as desregulamentações –, criando novas regulamentações que diminuem a interferência do Estado, como pudemos observar.

Com essa política neoliberal voltada para a instauração do Estado Mínimo – em que o Estado, parceiro do mercado (ou submisso a ele) atua pouco perante os problemas sociais gerados por essa mesma estrutura –, as políticas sociais passam a ser substituídas por programas de combate à pobreza. Esses programas, quando voltados para o Desenvolvimento da Primeira Infância, são fortemente caracterizados por ações compensatórias e assistencialistas, justamente pelo seu caráter de necessários para minimizar os efeitos do ajuste sobre os mais pobres.

Compreende-se que a educação é vista, pela ótica da política neoliberal disseminada pelo Banco Mundial, como um instrumento aplicado ao meio social, com o intuito de desenvolver o capital humano dos indivíduos – necessário para o desenvolvimento econômico de um país. A política do Banco Mundial voltada para o Desenvolvimento da Primeira Infância ganha ênfase como a responsável em iniciar todo esse processo de construção do capital humano, ou seja, lança as bases (em termos de saúde e nutrição necessárias para o desenvolvimento integral da criança) para o desempenho futuro da criança no mercado de trabalho (capacidade de geração de renda).

É evidente que o discurso formulado pelo Banco Mundial, embora seja de um mundo liberto da pobreza, soa, conforme Penn (2002), como um cântico de idealismo, em virtude de a pobreza – e até mesmo a exclusão social, que é gerada pelo próprio ideal neoliberal – estar longe de ser sanada no âmbito da atual conjuntura econômica.

Faz-se necessário pensarmos sobre esses ideais que nos são “impostos”, refletindo sobre suas consequências, amplamente visualizadas nas camadas sociais mais pobres – e na sociedade em geral –, para podermos avaliar (tendo em vista os nossos ideais educacionais) a realidade que nos envolve e nela atuar de modo consciente.

Referências

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam; HADDAD, Sérgio. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BANCO MUNDIAL. *Brasil: desenvolvimento da primeira infância: foco sobre o impacto das pré-escolas*. Brasília: Banco Mundial, 2002.

_____. *Avaliação da Assistência do Banco Mundial ao País*. Brasil: Departamento de Avaliação de Operações, 2003.

BANCO MUNDIAL; ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. *Proyectos del Banco Mundial*. Disponible en: <<http://www.oas.org/udse/dit2/proyectos/proyectos.doc>>. Accesado el: 28 jun. 2008.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 75-123.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Revista Outubro*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, out. 1999.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de. A Agenda Neoliberal e a Política de Educação Infantil no Brasil. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO, 2008, João Pessoa.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago. 2004.

PENN, Helen. Primeira Infância: a visão do Banco Mundial. Tradução de Fúlvia Rosenberg. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, mar. 2002.

RAMOS, Géssica Priscila. *Entre a proposta e o pretexto da qualidade do ensino: uma leitura sobre os liames da valorização docente a partir do FUNDEF*. 2008. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

RODRIGUEZ, Gisele Soncini; LARA, Ângela Mara de Barros. Avaliação das propostas do Banco Mundial para a educação infantil: influências e conseqüências nos países periféricos. *Estudos em Avaliação Educacional*, Maringá, v. 17, n. 33, p. 89-104, jan./abr. 2006.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15-39.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam; HADDAD, Sérgio. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOMMASI, Livia de. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam; HADDAD, Sérgio. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 195-227.

TORRES, Maria Rosa. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 125-193.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, nov. 2004.

YOUNG, Mary Eming. *Early Child Development: Investing in the Future*. Washington, D.C.: The World Bank, 1996.